



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Diretoria de Articulação Institucional
Programa de Desenvolvimento do Setor Águas - INTERÁGUAS

INTERÁGUAS
Programa de Desenvolvimento do
SETOR ÁGUA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Ministério das Cidades



Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

Produto VIII.1 – Documentação Técnica do Curso I

**CONSULTORIA PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA,
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E CAPACITAÇÃO TÉCNICA
EM REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS
DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

SDP N°: 168/2015

Brasília, 20 de fevereiro de 2017



**FEY PROBST
BRÜSTOLIN**
Advocacia

REINFRA
Consultoria

pezco
ECONOMIC AND BUSINESS INTELLIGENCE

MACROCONSULTING

RESUMO

Este relatório é o Produto VIII.1 da consultoria do projeto “*Assistência técnica, elaboração de estudos e capacitação técnica em regulação e fiscalização de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário*”, no âmbito do Programa Interáguas, em seu Componente 3 – Saneamento Básico, contratado pelo IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no âmbito do PCT BRA/IICA/13/005. Este relatório contém a Documentação Técnica referente ao curso I, realizado em Campo Grande-MS, entre 14 e 16 de fevereiro de 2017.

ABSTRACT

This report is the Product VIII.1 of the consulting project "Technical assistance, preparation of studies and technical training in regulation and supervision of water supply and sewage services" under the Interáguas program in its Component 3 - Basic Sanitation, commissioned by IICA - Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture under the PCT BRA / IICA / 13/005. This report contains the Technical Documentation related to course I, held in Campo Grande-MS, between February 14 and 16, 2017.

RESUMEN

Este informe es el Producto VIII.1 del proyecto de consultoría " *Asistencia técnica, estudios de desarrollo y formación técnica en la regulación y supervisión de los servicios de abastecimiento de agua y saneamiento*" en el marco del programa de InterAguas en su Componente 3 - Saneamiento Básico, contratado por IICA - Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura bajo el BRA PCT / IICA / 13/005. Este informe contiene una Documentación Técnica referente al curso I, realizada en Campo Grande-MS, entre 14 y 16 de febrero de 2017.

SUMÁRIO

I.	Introdução	4
II.	Curso I.....	7
II.1	Plano de curso e metodologia.....	9
II.1.1	Seleção e perfil dos instrutores.....	9
II.1.2	Identificação das necessidades de capacitação	12
II.1.3	Programação completa do curso	13
II.2	Material Didático, Exercícios e Exercício Global	22
II.3	Avaliação de Desempenho e conclusão	28

Nota sobre a utilização deste documento

Para acessar os anexos a este documento, utilize o programa Acrobat Reader com o menu lateral esquerdo, onde aparece a lista dos anexos. Caso não apareça na visualização, por favor clique na imagem do clips no lado esquerdo e a lista será apresentada. Todos os anexos poderão ser acessados clicando-se sobre seu nome nesse menu lateral do Acrobat.

I. INTRODUÇÃO

Contexto geral das atividades de capacitação (Ação VIII)

Esta atividade tem como objetivo prover capacitação técnica para um novo patamar de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento no âmbito das agências beneficiárias, com forte ênfase em qualificação para a mudança.

Em linhas gerais, no caso dos cursos de capacitação, a figura a seguir apresenta a relação entre as entidades reguladoras e os cursos respectivos, destacando as cidades que sediarão as quatro atividades.

Figura 1 - Cursos para entidades beneficiadas e sedes

PROJETO VIII.1	Campo Grande				
PROJETO VIII.2	Palmas				
PROJETO VIII.3	Campinas				
PROJETO VIII.4	Florianópolis				

O Projeto Regulasan trata as atividades de capacitação técnica em temas de regulação econômica e da qualidade em assuntos específicos que podem ser de interesse de uma entidade reguladora ou que podem agregar mais de uma entidade reguladora. A capacitação poderá envolver seminários de boas práticas, oficinas de trabalho, cursos de curta e média duração e visitas de intercâmbio técnico. Ademais, devem também ser realizadas ações de capacitação em processo, entendidas como o desenvolvimento de atividades pelos técnicos da entidade reguladora contando com o trabalho conjunto de especialistas da consultoria, de forma que ao final do processo sejam realizados produtos ou ações concretas da entidade reguladora.

Para isso, as ações em capacitação devem ter enfoque multidisciplinar, abordando as diversas interfaces temáticas do saneamento e observando as lógicas institucionais que orientam as políticas públicas. As ações de capacitação devem também pautar-se por uma noção abrangente, no sentido de fomentar o desenvolvimento das habilidades e capacidades das instituições e das pessoas. Dessa forma, a capacitação deve estar intimamente ligada à gestão de recursos humanos e ao plano estratégico da organização.

No presente item são apresentadas as capacitações a serem realizadas mediante **cursos presenciais** cujos capacitandos serão técnicos e dirigentes das entidades reguladoras. Em alguns cursos serão também convidados capacitandos dos quadros técnicos dos prestadores de serviços. E, poderá, ainda, haver cursos em que serão convidados capacitandos pertencentes aos quadros das entidades reguladoras participantes dos trabalhos de assistência técnica, mas que não sejam beneficiárias diretas da ação objeto da capacitação. Por fim, poderão ser convidados também técnicos de prefeituras municipais, governos estaduais e governo federal, mediante entendimento prévio com as entidades reguladoras beneficiárias.

A seguir são listados os cursos de capacitação previstos nas diversas ações de assistência técnica (cursos I, II e III) e também no item de “estudos técnicos” (curso IV), compilados a partir do item “escopo do trabalho”. Para estes cursos, a entidade reguladora em cuja cidade sede o curso se realizará, deverá providenciar espaço físico, equipamentos e *coffee break* para o curso. As demais entidades reguladoras deverão se responsabilizar pelo envio e custeio dos seus profissionais nessa atividade.

Os cursos previstos no Termo de Referência nesta ação e suas respectivas sedes são sumariados no Quadro 8.

Tabela 1 – Sumário de atividades de capacitação das entidades beneficiárias

Produto	Anfitrião	Cidade	Objeto	Público	Carga (pessoas)	Horária
VIII.1	AGEPAN	Campo Grande-MS	Ações I, II e III	10-30	24h	
VIII.2	ATR	Palmas-TO	Ações IV e V	10-30	24h	
VIII.3	ARES-PCJ	Campinas-SP	Ações VI e VII	10-30	24h	

VIII.4	ARIS	Florianópolis-SC	Estudo Técnico	10-30	12h
--------	------	------------------	----------------	-------	-----

Os cursos estão listados a seguir, conforme o Termo de Referência.

- a) Curso I** – Capacitação para técnicos das entidades reguladoras, sobre: i) processo de elaboração e revisão de normativos e instrumentos regulatórios e conteúdo dos normativos revisados ou elaborados; ii) modelo e instrumentos de governança e transparência; e iii) participação e controle social (vide Ações I, II e III).

Carga horária: 24 hs.

Quantidade: 1 curso.

Público: de 10 a 30 capacitandos.

Entidade Reguladora para Repcionar o Curso: AGEPAN.

Local: Campo Grande/MS.

- b) Curso II** – Capacitação para técnicos das entidades reguladoras e dos prestadores de serviços, sobre: i) avaliação econômico-financeira de serviços de água e esgotos; e ii) estrutura tarifária, bases de dados e avaliação de tarifas (vide Ações IV e V).

Carga horária: 24 hs.

Quantidade: 1 curso.

Público: de 10 a 30 capacitandos.

Entidade Reguladora para Repcionar o Curso: ATR.

Local: Palmas/TO.

c) Curso III – Capacitação para técnicos das entidades reguladoras e dos prestadores de serviços, sobre: i) avaliação da qualidade e desempenho dos serviços; e ii) sistema de informações (vide Ações VI e VII).

Carga horária: 24 hs.

Quantidade: 1 curso.

Público: de 10 a 30 capacitandos.

Entidade Reguladora para Repcionar o Curso: ARES-PCJ.

Local: Campinas/SP.

d) Curso IV – Capacitação para técnicos das entidades reguladoras e dos prestadores de serviços, sobre a contabilidade regulatória proposta (o conteúdo da capacitação será definido com base no estudo específico, o qual incluir a participação dos prestadores – ver item de Estudos Técnicos, a seguir).

Carga horária: 12 hs.

Quantidade: 1 curso.

Público: de 10 a 30 capacitandos.

Entidade Reguladora para Repcionar o Curso: ARIS.

Local: Florianópolis/SC.

II. CURSO I

Curso I - Normativos e Instrumentos Regulatórios, Governança e Transparência e Controle Social

Tratados os assuntos gerais de capacitação do Projeto Regulasan, deve-se abordar os aspectos conceituais e metodológicos do primeiro curso ministrado.

Conforme salientado acima o primeiro curso, ministrado na sede do CREA em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, tem como entidade patrona a AGEPLAN, mas beneficiará todos os agentes reguladores participantes do projeto como a AGERSA, ARES-PCJ, ARIS e ATR, além da própria AGEPLAN.

Os conteúdos abrangidos no curso tratam dos principais temas tratados em outras fases do projeto, notadamente quanto: (i) o processo de elaboração e revisão de normativos e instrumentos regulatórios e o conteúdo dos normativos revisados ou elaborados; (ii) o modelo e os instrumentos de governança e transparência; e (iii) a participação e controle social.

Figura 2 – Estrutura onde o curso foi ministrado



Fonte: acervo do consórcio

As seções seguintes detalham as metodologias empregadas em cada dia do curso, o material didático aplicado e as atividades desenvolvidas para proporcionar uma melhor compreensão do aproveitamento e do nível de aderência do curso às necessidades diagnosticadas em outras fases do projeto Regulasan.

II.1 Plano de curso e metodologia

Em linhas gerais, a metodologia do curso combina exposição interativa com exercícios participativos. Sempre que possível, se o tema tratado assim exigir, em momento específico, a sala será dividida em equipes, que farão análise de casos concretos.

Público-alvo: agências beneficiárias do projeto REGULASAN; prestadores de serviços e representantes dos poderes concedentes indicados pelas agências beneficiárias do projeto REGULASAN; técnicos do Ministério das Cidades e do IICA envolvidos no projeto.

Carga horária: 24 horas

Data: 14, 15 e 16 de fevereiro de 2017

Local: CREA-MS, em Campo Grande/MS

II.1.1 Seleção e perfil dos instrutores

Foram selecionados docentes que atendessem às necessidades identificadas pela literatura e pela sondagem de necessidades junto às entidades beneficiadas executada durante as oficinas de cada tema ministrado no curso ao longo do período inicial de execução do projeto. Como diretriz geral, o corpo de instrutores será formado pela combinação de: profissionais com ampla vivência acadêmica em cursos de capacitação para o saneamento e setores relacionados; e profissionais com ampla experiência prática e vivência nos ambientes setoriais, e, por último, por profissionais que estivessem particularmente envolvidos com o Projeto Regulasan, de modo a aproveitar melhor todo o momento gerado pelo projeto. Estes últimos também serão particularmente importantes na mitigação dos diferenciais que forem identificados entre os quadros técnicos do

prestador e do regulador, reduzindo a assimetria informacional típica. Nesse contexto, os docentes que participarão dessa atividade foram:

Peter B. Cheung: Engenheiro Civil e Mestre pela UFMS. Doutor em Hidráulica e Saneamento pela USP/S. Carlos. Foi pesquisador visitante no IRSTEA/Bordeaux França. Foi Diretor Nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. É co-autor do Livro Perdas de Água: Tecnologias de Controle, pela Eletrobrás/Procel Sanear. É atualmente coordenador da Rede de Pesquisa Redecope/Finep e da Rede LENHS/Eletrobrás. É professor parcial da UFMS e Sócio da Optimale Engenharia e Soluções Tecnológicas. É membro do grupo coordenador Strategic Asset Management da IWA.

Aline Maria Baldez Custódio: sócia-administradora da Reinfra Consultoria. Engenheira Ambiental e Sanitarista (IFCE). Especialista em Saúde Pública (USP). Especializando em Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos (UNILAB). Experiência em estudos para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico e estudos, relatórios e pesquisas em saneamento básico.

Alceu de Castro Galvão Junior: Engenheiro Civil/UFC. Mestre em Hidráulica e Saneamento e Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Engenheiro de Obras e Projetos da Sabesp (1992-2001). Gerente do setor de Saneamento Básico da Agência Reguladora do Estado do Ceará – ARCE (2001-2009). Palestrante/Conferencista sobre temas relacionados à gestão e regulação dos serviços de saneamento básico nos principais fóruns setoriais do país. Professor de cursos de extensão realizados em vários estados do país nas áreas de regulação e planejamento do setor de saneamento básico. Autor e editor de livros sobre regulação do setor de saneamento básico: Procedimentos de Fiscalização em Sistema de Abastecimento de Água; Indicadores para a prestação de serviços de água e esgoto; Controle social da prestação dos serviços de água e esgoto; Normatização da Prestação de Serviços de Água e Esgoto vols. I e II; Regulação - Saneamento 2008; e A Informação no Contexto dos Planos de Saneamento Básico.

Marcos Fey Probst: sócio-fundador do Escritório FeyProbst&Brustolin Advocacia. Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). ex-Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS). ex-membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente e de Saneamento Básico. Consultor Jurídico da Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (AMVALI). Professor convidado dos cursos de pós-graduação e graduação da UNISUL, UNOESC, UNIPLAC, Estácio de Sá e do CESUSC. Professor de Direito Administrativo no CESUSC. Ministrou dezenas de cursos na área do Direito Administrativo, inclusive com temas ligados aos Consórcios Públicos e Saneamento Básico. Articulista em revista especializadas de Direito Público. co-Autor das obras Gestão do Saneamento Básico - Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Editora Manole, 2012) e Regulação do saneamento básico (Editora Manole, 2013). Advogado militante.

A coordenação do curso esteve a cargo do coordenador do projeto:

Frederico A. Turolla: Doutor em Economia de Empresas pela FGV/SP; possui Mestrado pela mesma instituição, com intercâmbio em Economia Internacional e Finanças na Universidade de Brandeis, EUA; e Bacharel em Ciências Econômicas pela UFJF. Atua em consultoria econômica há mais de doze anos, hoje através da Pezco Microanalysis, após ter sido Economista junto à área de Global Financial Markets, tesouraria global do Banco WestLB. É Diretor, pro bono, da SOBEET – Sociedade Brasileira das Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica. É Professor Titular e Vice-Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Gestão Internacional (PMDGI/ESPM). Publicou mais de 200 artigos, em vários países, sendo vários na área de saneamento, incluindo um capítulo de livro pela Palgrave Macmillan publicado nos Estados Unidos sobre o investimento direto em saneamento básico na América Latina, além de ter traduzido para o Português as obras de dois vencedores do Prêmio Nobel de Economia. É pesquisador associado do Núcleo de Economia dos Transportes, Antitruste e Regulação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (NECTAR/ITA). É especialista na análise de setores regulados, especialmente infraestrutura e sistema financeiro, com

ênfase em saneamento básico, área em que tem extenso histórico de atividades de pesquisa, publicação e consultoria.

II.1.2 Identificação das necessidades de capacitação

Coforme mencionado acima, valemo-nos da experiência ganha com oficinas de trabalho para identificar as necessidades de capacitação de cada entidade. Adicionalmente também fora realizado um levantamento indireto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre capacitação de capital humano para a regulação do saneamento, incluindo um levantamento de fontes públicas já disponíveis sobre as agências beneficiárias. Entre os documentos disponíveis, inclui-se:

- Documento “Capacitação para regulação em Saneamento Básico”, apresentado pela Câmara Técnica de Saneamento Básico da ABAR em janeiro de 2012, sob a coordenação do Dr. Hugo Sergio de Oliveira, que compõe a equipe desta proposta. Esse estudo incluiu duas das agências beneficiárias, notadamente ARIS e AGERSA.
- Material produzido pelo Grupo de Trabalho sobre Capacitação em Saneamento, particularmente o estudo do Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS): “Estudo sobre Capacitação em Saneamento Ambiental: Identificação e Qualificação da Oferta e da Demanda”, de 2005.
- Estudo do Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS): “Exame da Participação do Setor Privado na Provisão dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Brasil”
- Documento “Capacitação em Saneamento – Experiências e Resultados”. Programa de Modernização do Setor de Saneamento, março de 2006.
- Documentação sobre o PROSAB, como: GEOPI – Grupo de Estudos sobre Organização da Pesquisa e da Inovação. Avaliação de Resultados e Impactos do PROSAB – Relatório Final. Campinas: Unicamp, maio de 2005.
- Pesquisa qualitativa e quantitativa “O setor de saneamento em 2015 e as necessidades de capital humano”, realizada pela Pezco em dezembro/2014 e janeiro/2015.

- Estudo licitado pela ABES em 2015, “Plano Estratégico de Capacitação em Regulação de Serviços de Saneamento Básico e Implantação de um Módulo Inicial de Ensino à Distância”, se disponível.

II.1.3 Programação completa do curso

A programação do curso está a seguir. A seção inicial contou com uma apresentação pelas autoridades presentes.

Dia 14/02 – Abertura

8h – Abertura:

- a. Representante do Ministério das Cidades
- b. Representante do IICA
- c. Boas-vindas da AGEPLAN, sede do curso
- d. Representante do Consórcio: apresentação dos objetivos do curso, metodologia e resultados esperados (que será detalhado a cada tema)

8h20 – Rodada de apresentação dos participantes do curso

Figura 3 – Seção de abertura



Fonte: acervo do consórcio

Dia 14/02 – 1º dia (Governança)

Conteúdo a ser trabalhado neste dia: A Ação II do projeto REGULASAN tem por objetivo tratar as questões relativas à governança e à transparência das entidades reguladoras dos serviços de saneamento básico, enfatizando a centralidade da governança regulatória em qualquer tentativa de aperfeiçoar a qualidade das práticas, instrumentos e procedimentos de tais entidades. Este dia contém a elaboração parcial desses assuntos no âmbito do projeto e oferece um desenvolvimento conceitual e interativo sobre os mesmos.

Metodologia do trabalho neste dia: a metodologia deste dia combina exposição interativa com exercícios participativos. Em momentos específicos, serão realizados dois exercícios de uma hora cada um, sendo o primeiro relativo à avaliação das práticas de governança em agências reguladoras e o segundo para a elaboração de proposta de práticas de governança.

Resultados esperados: neste dia os participantes deverão nivelar seu conhecimento sobre o tema da Governança e conhecer um diagnóstico realizado no âmbito do projeto

junto às agências. Os participantes deverão conhecer e discutir um bloco de propostas, realizando também desenvolvimento interativo em exercícios práticos de avaliação e elaboração de propostas.

Programação do dia:

8h30 – Princípios de Governança:

- a. Conceitos específicos
- b. Origens
- c. Objetivos da Governança;
- d. Aplicação da Governança ao setor público;

9h30 – Governança em Agências Reguladoras em geral

- a. Aspectos legais,
- b. Práticas de Governança
- c. Instrumentos de Governança
- d. Alguns aspectos específicos de saneamento

10h30 – EXERCÍCIO nº 1: Avaliação das práticas de governança em agências reguladoras (com aplicação a saneamento);

11h30 – Diagnóstico da governança nas agências reguladoras brasileiras de saneamento;

- a. Visão geral do diagnóstico
- b. Aspectos específicos

12h30 - Intervalo para almoço;

14h – Diretrizes para o modelo de governança nas agências reguladoras brasileiras de saneamento;

- a. Apresentação das diretrizes
- b. Discussão

15h - EXERCÍCIO nº 2: Elaboração de proposta de práticas de governança;

16h – Modelo de governança para as agências reguladoras brasileiras de saneamento:
práticas e instrumentos propostos;

- a. AGEPAN
- b. AGERSA
- c. ARES-PCJ
- d. ARIS
- e. Visão geral das práticas e instrumentos propostos
- f. Discussão das práticas e instrumentos propostos

18h – Encerramento

Figura 4 – Momento do primeiro dia do curso



Foto: Juscelino Soares

Dia 15/02 – 2º dia (Participação e Controle Social)

Conteúdo a ser trabalhado neste dia: A Ação III corresponde à adequação e formulação de modelo e instrumentos de participação e controle social, incluindo o diagnóstico e a proposta de modelo e os instrumentos de participação e de controle social. Este dia

contém a elaboração parcial desses assuntos no âmbito do projeto e oferece um desenvolvimento conceitual e interativo sobre os mesmos.

Metodologia do trabalho neste dia: a metodologia deste dia combina exposição interativa com exercícios participativos. Em momento específico, a sala será dividida em equipes, que farão análise de cinco casos concretos relacionados ao controle social do setor, nos temas relacionados ao conselho municipal de Saneamento, conselho consultivo de agência, revisão de PMSB, ouvidoria e audiência e consulta pública de um tema técnico.

Resultados esperados: neste dia os participantes deverão, em primeiro lugar, nivelar seu conhecimento sobre a participação e o controle social, atualizar-se com os distintos modelos existentes no país e na América Latina e conhecer um diagnóstico realizado no âmbito do projeto junto às agências. Em segundo lugar, os participantes deverão conhecer um bloco de propostas, para depois participarem de um trabalho prático sobre temas concretos de relevância.

Programação do dia:

8h –BLOCO I – Bases conceituais e normativas acerca da participação e controle social

- a) Democracia, Cidadania e Participação.
- b) Administração Pública e Políticas Públicas: breves aspectos conceituais
- c) Controle Social: aspectos teóricos
- d) Escalas de Participação e Controle Social
- e) Instâncias e Mecanismos de Participação e Controle Social
 - a. Conselho de políticas públicas;
 - b. Comissão de políticas públicas;
 - c. Conferências;
 - d. Ouvidoria;
 - e. Mesa de diálogo/debates;
 - f. Fóruns;

- g. Audiência pública;
 - h. Consulta pública; e
 - i. Ambiente virtual de participação social
- f) Participação e Controle Social em Políticas Públicas Setoriais: experiências e desafios contemporâneos
- g) Participação e Controle Social na Regulação do Saneamento Básico
- h) Desafios para a Participação e o Controle Social na Regulação do Saneamento Básico

10h - BLOCO II –Panorama dos distintos modelos e instrumentos de participação e controle social no País e na América Latina

- a) Participação e controle social na regulação do País
- b) Situação da participação e controle social na América Latina

11h – BLOCO III - Diagnóstico da situação atual do modelo e dos instrumentos de participação e controle social nas agências beneficiadas

- a) Análise das informações coletadas e recebidas das agências beneficiadas
 - a. AGEPAN;
 - b. AGERSA;
 - c. ARES/PCJ;
 - d. ARIS.
- b) Resultados e discussões das oficinas de trabalhos e dos questionários

12h - Intervalo para almoço

13H – BLOCO IV - Propostas de modelos e instrumentos de participação e controle social para as agências beneficiadas

- a) Propostas específicas por agência
- b) Propostas comuns às agências beneficiadas
- c) Conclusões e Recomendações para as Agências

14h – BLOCO V - Atividade de Classe

Sala dividida em equipes, que analisarão 5 casos concretos relacionados ao controle social do setor.

- a) Caso 1: Conselho municipal de Saneamento
- b) Caso 2: Conselho consultivo de agência
- c) Caso 3: Revisão de PMSB
- d) Caso 4: Ouvidoria
- e) Caso 5: Audiência e consulta pública de um tema técnico.

18 - Encerramento

Figura 5 – Momento do segundo dia do curso



Fonte: acervo do consórcio

Dia 16/02 – 3º dia (Normatização)

Conteúdo a ser trabalhado neste dia: A normatização da prestação dos serviços visa detalhar as disposições previstas nos marcos legais das delegações dos serviços com vistas a alcançar eficiência e eficácia nesta prestação. A Ação I do projeto REGULASAN abordou esse desafio da regulação subnacional dos serviços de saneamento no Brasil, visando criar em cada Agência um ambiente regulatório mínimo e hígido, apto ao desenvolvimento das ações rotineiras e essenciais da regulação, com suporte nos artigos 22 e 23 da Lei n. 11.445/2007 e compatível com a realidade estrutural de cada agência e dos prestadores de serviços regulados. Este dia do curso aborda a Ação I, explorando o processo de elaboração e revisão de normativos e instrumentos regulatórios e conteúdo dos normativos elaborados.

Metodologia do trabalho neste dia: a metodologia deste dia será baseada em exposição interativa. O instrutor deverá provocar a interação da plateia, trazendo-a para o debate dos temas críticos que foram trabalhados na ação de Assistência Técnica respectiva.

Resultados esperados: O resultado do curso neste dia é o compartilhamento, com os participantes do curso, dos fundamentos do processo de normatização e a comunicação aos técnicos das agências participantes do processo de elaboração de normas e de seus resultados. Espera-se ainda que as agências beneficiárias possam discutir os próximos passos a partir do trabalho realizado em aspectos como o aprimoramento futuro dos normativos existentes e a consulta pública das minutas elaboradas.

Programação do dia:

8h - As agências reguladoras e o poder normativo

- a. Avanços das agências reguladoras brasileiras;
- b. Limites do poder normativo das agências;
- c. Posição dos Tribunais pátrios sobre o assunto.

9h - O poder normativo das agências reguladoras no setor do saneamento básico:

- a. A Lei n. 11.445/2007
- b. O Decreto regulamentador 7.217/2010

10h - Diagnóstico do setor quanto à normatização

- a. Diagnóstico do setor de saneamento quanto aos normativos existentes nas agências reguladoras
- b. Resumo dos normativos já criados no país na área do saneamento básico

11h - Processo de elaboração e revisão de normativos

12h - Intervalo para almoço

13h - Conteúdo dos normativos revisado e elaborados para cada agência:

- a. Uma visão global dos normativos criados
- b. AGEPLAN
- c. AGERSA
- d. ARIS

13h30 – Normativo I: Processo de Fiscalização

- a. Características do normativo
- b. Análise e discussão do normativo

14h30 – Normativo II: Penalidades

- a. Características do normativo
- b. Análise e discussão do normativo

15h30 – Normativo III: Reajuste e revisão tarifária

- a. Características do normativo
- b. Análise e discussão do normativo

16h30 – Normativo IV: Condições Gerais de Prestação dos Serviços

- a. Características do normativo
- b. Análise e discussão do normativo

18 – Encerramento

Figura 6 – Momento do segundo dia do curso

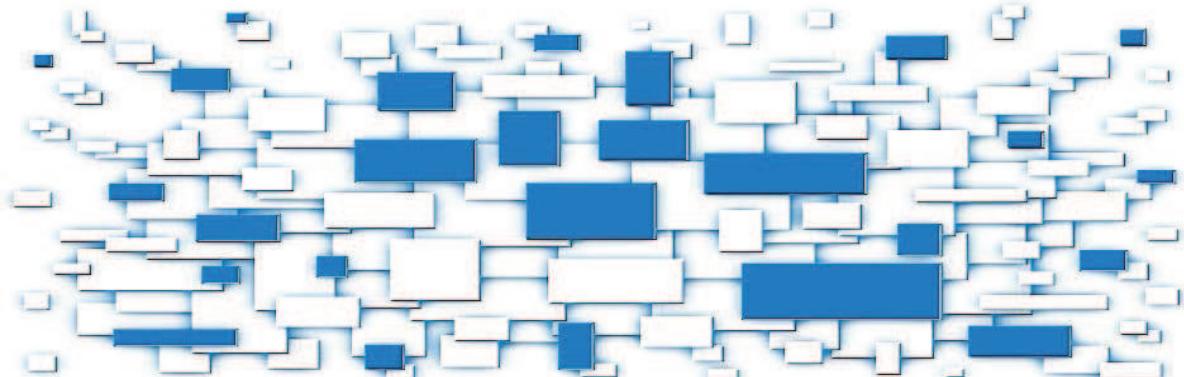


Fonte: acervo do consórcio

II.2 Material Didático, Exercícios e Exercício Global

Conforme mencionado acima, o curso I divide-se em três partes, governança, participação e controle social e, normativos. As três partes valeram-se de uma combinação particular de matéria expositiva, estudo de casos e exercícios de exploração de modelos versus realidade objetiva de cada entidade reguladora. As lâminas contendo o material exposto e as referências bibliográficas encontram-se embarcadas nas figuras abaixo.

Apresentação 1 – Modelo e Instrumentos de governança e transparência



CURSO I – MÓDULO GOVERNANÇA

Assistência técnica, elaboração de estudos e capacitação técnica em regulação e fiscalização de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Na seção sobre governança do curso foram aplicados dois exercícios. O primeiro apresentava uma lei de criação de uma agência brasileira de saneamento atualmente em atividade no país. Em seguida, com base nesse texto legal, os participantes foram convidados a desenvolver uma análise crítica sobre o texto, ressaltando, fundamentalmente os dispositivos normativos que impactam na governança da agência, identificando, sobre esse aspecto, quais os pontos fortes e fracos do texto e as medidas necessárias ao seu aprimoramento. Segue abaixo o material desse exercício.

Figura 7 – Exercício I sobre Governança



Projeto REGULASAN – Curso VIII.1

ASSISTÊNCIA TÉCNICA, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E CAPACITAÇÃO TÉCNICA EM REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

MÓDULO GOVERNANÇA

Exercício nº 1: Anexo é apresentada a lei de criação de uma agência reguladora em atividade no Brasil. Com base no texto da referida lei, faça uma análise das práticas de governança regulatória da agência considerada, identificando os pontos fortes e os pontos fracos da citada governança. Aponte os pontos que demandam melhoria.

No segundo exercício, para um dado modelo representativo de práticas e instrumentos de governança para as agências reguladoras de saneamento no Brasil desenvolvido ao longo do curso, propôs-se que os participantes identificassem os obstáculos e oportunidades da adoção desse modelo benchmark em suas respectivas agências, especificando os pontos de aderência total ao modelo, os pontos de estresse e as condições de adequabilidade de cada variável relevante de governança.

Figura 8 – Exercício 2 de Governança



Projeto REGULASAN – Curso VIII.1

ASSISTÊNCIA TÉCNICA, ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E CAPACITAÇÃO TÉCNICA EM REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

MÓDULO GOVERNANÇA

Exercício nº 2: Conhecidas as práticas e instrumentos propostos no modelo de governança para as agências reguladoras no setor de saneamento brasileiro, identifique os obstáculos e as oportunidades para a adoção do modelo proposto em sua agência (Existem aspectos do modelo proposto que devem ser alterados? Quais? Por quê?)

Por sua vez, a seção de participação e controle social foi subdividida em cinco blocos. No primeiro bloco discorreu-se conceitualmente sobre o tema, destacando-se os aspectos teóricos de participação e controle social e suas respectivas bases normativas. O segundo bloco tratou do panorama dos distintos modelos e instrumentos de participação e controle social no Brasil e América Latina. O terceiro bloco levantou um diagnóstico da situação atual do modelo e dos instrumentos de participação e controle

social nas agências beneficiadas pelo Projeto Regulasan. O quarto bloco expôs as propostas de modelos e instrumentos de participação e controle social para as agências beneficiadas.

Por fim, no quinto e último bloco, a guisa de exercício de compreensão, dividiu-se a sala em equipes que analizarão cinco casos concretos relacionados ao controle social do setor, a saber: i) Conselho Municipal de Saneamento; ii) Conselho de Regulação de Agência; iii) Elaboração e revisão de PMSB; iv) Ouvidoria e v) Audiência e consulta pública de um tema técnico.

Apresentação 2 – Participação e Controle Social



Capacitação – AÇÃO III: ADEQUAÇÃO E FORMULAÇÃO DE MODELO E INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O terceiro tema tratado, normativos, também contou com uma estrutura expositiva semelhante. Assim, em uma primeira parte, foram tratadas as questões conceituais da regulação bem como as questões mais específicas do setor de saneamento. Em seguida, foi apresentado um diagnóstico da normatização do setor e um resumo dos normativos já criados no país, na área de saneamento básico.

Como a criação de normativos foi um objeto recorrente nessa etapa inicial do projeto Regulasan, foi exposta, na segunda parte do dia, uma visão global dos normativos

criados para as agências beneficiadas, para posteriormente desenvolver cada normativo criado.

Apresentação 3 – Elaboração e revisão de normativos



**Contrato de Prestação de Serviços n. 216013
Projeto de cooperação: IICA e Ministério das Cidades
Produto I.1 – Elaboração e Adequação de Normativos
Capacitação em Campo Grande – 14, 15 e 16/02/2017**

Para consolidar todo material apresentado ao longo dos três dias de duração do curso, também foi apresentado um exercício global incorporando os três temas. Segue abaixo o questionário apresentado.

Figura 9 – Exercício Final Global



II.3 Avaliação de Desempenho e conclusão

Nos três dias de capacitação foi possível presenciar a forte interação dos agentes públicos que representavam as agências reguladoras abrangidas pelo projeto e as demais convidadas, como fora o caso da AGIR (agência consorciada e com sede em Blumenau-SC) e da AGEREG (agência municipal e com sede em Campo Grande-MS). Foram inúmeras as interlocuções e interfaces entre os próprios reguladores, com benéfica

troca de experiências (positivas e negativas) e debates sobre os pontos abordados na capacitação.

Certamente o controle social e seus diferentes desdobramentos provavelmente foi o tema que gerou a maior discussão entre os presentes, seja porque a Lei 11.445/2007 e seu Decreto regulamentador (7.217/2010) não esmiuçaram os casos de obrigatoriedade da realização das audiências e consultas públicas, seja em decorrência da dificuldade das agências em cativar a efetiva participação da sociedade e permitir o debate técnico dos problemas e questões postas para participação social.

Neste ponto, especificamente, a Consultoria lançou ideia imediatamente aceita pelos participantes e pelos próprios representantes do Ministério das Cidades e do IICA: a elaboração de normativo adicional aos já elaborados, estabelecendo os conceitos e amplitude do processo de consulta e audiência pública, fixando as situações de obrigatoriedade e facultatividade.

Assim, buscou-se suprimir ponto diagnosticado ao longo da capacitação e não revelado em fases preliminares do projeto, qual seja, a necessidade de normativo orientando e balizando os preceitos e aplicabilidade dos instrumentos de audiência e consulta público no âmbito da regulação dos serviços de saneamento básico, diante da inexatidão do legislador.

Por fim, ponto também de extrema relevância diz respeito à análise empírica extraída do exercício final global realizado na tarde do dia 16/2/2017, sob coordenação do palestrante Marcos Fey Probst. Na oportunidade, foram elaborados questionamentos sobre pontos críticos dos temas abordados nos três dias de evento, para que cada participante se manifestasse sobre qual a adequada orientação frente ao caso concreto.

Interessante anotar que, conforme percebido durante o curso, inexiste harmonia de conhecimento e posicionamento entre os próprios agentes reguladores e entre estes e seus regulados, que se faziam presentes à capacitação.

Isso demonstra, inegavelmente, o quanto relevante se mostram capacitações constantes aos agentes das entidades de regulação, com o propósito de provocar a discussão de temas correlatos e, da mesma forma, balizar sobre um mesmo conhecimento técnico

padrão. Dito de forma direta, criar um cenário de regulação o mais uniforme e homogêneo possível entre as diferentes agências de regulação estabelecidas no país, que dispõe de diversos níveis de estrutural de pessoal.

Por isso, como conclusão adicional, o feedback advindo das agências de regulação revela uma realidade já anunciada nos relatórios conclusivos anteriores deste Consultoria (especificamente da Ação I), no sentido da necessidade e relevância do Governo Federal assumir o papel de grande coordenador das políticas públicas em torno da regulação do saneamento no país, criando normativos-padrão e constantes capacitações e materiais orientativos para o fomento das boas práticas regulatórias no setor; Tal tarefa é fundamental diante do sistema constitucional ora vigente, de competência municipal para a regulação dos serviços públicos (salvo nas regiões metropolitanas, nos termos da ADI n. 1.842/RJ), abarcado em grande parte pelos Estado da Federação através das agências estaduais. Mesmo assim, restou nítido tal cenário diante das posições e anseios dos diretores das agências que se faziam presentes à capacitação.

Anexo I - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PARTICIPANTE

Curso VIII.1 - Normativos e Instrumentos Regulatórios, Governança e Transparência, Participação e Controle Social

Local: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS.

Data: 14, 15 e 16 de fevereiro de 2017.

1. ASPECTOS AVALIADOS:

Avalie os itens	Nível de Satisfação (0 = nenhuma satisfação a 10 = total satisfação)										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PROGRAMAÇÃO E APOIO											
Conteúdos apresentados em relação aos objetivos do curso											
Definição dos objetivos											
Distribuição da carga horária para o volume de conteúdo apresentados											
Qualidade e organização do material didático											
Carga horária para atividades											
Compatibilidade entre objetivos e necessidades											
Qualidade das instalações											
DESEMPENHO DIDÁTICO – governança e transparência											
Horários estabelecidos e cumpridos											
Conteúdo ajustado ao programa											
Conteúdo do programa trabalhado de forma clara sistemática											
Bibliografia indicada relevante para os temas do programa											
Temas bem planejados											
Exposições intelectualmente estimulantes											

Avalie os itens	Nível de Satisfação <i>(0 = nenhuma satisfação a 10 = total satisfação)</i>										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Minhas questões foram respondidas satisfatoriamente pelo professor											
DESEMPENHO DIDÁTICO – participação e controle social											
Horários estabelecidos e cumpridos											
Conteúdo ajustado ao programa											
Conteúdo do programa trabalhado de forma clara e sistemática											
Bibliografia indicada relevante para os temas do programa											
Temas bem planejados											
Exposições intelectualmente estimulantes											
Minhas questões foram respondidas satisfatoriamente pelo professor											
DESEMPENHO DIDÁTICO – normativos e instrumentos regulatórios											
Horários estabelecidos e cumpridos											
Conteúdo ajustado ao programa											
Conteúdo do programa trabalhado de forma clara sistemática											
Bibliografia indicada relevante para os temas do programa											
Temas bem planejados											
Exposições intelectualmente estimulantes											
Minhas questões foram respondidas satisfatoriamente pelo professor											
APLICAÇÃO E RESULTADOS											
O evento permitiu uma melhor compreensão do tema											

Avalie os itens	Nível de Satisfação (0 = nenhuma satisfação a 10 = total satisfação)										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Aplicabilidade dos conteúdos do curso para o desempenho das minhas atividades											
Assimilação dos conteúdos transmitidos no curso											
Capacidade de transmitir os conhecimentos adquiridos no curso a outras pessoas											

2. COMENTÁRIOS

--